

Inflação desacelera em novembro, mas nível é o mais alto em 18 anos

A taxa da inflação oficial, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), **desacelerou em novembro ao avançar 0,95%**, após variação de 1,25% no mês anterior. Embora esse seja um sinal animador, o resultado é o maior patamar neste período desde 2005 (1,01%). Por isso, a pressão elevada de grande parte dos preços permanece, tanto que o Banco Central do Brasil (BACEN) endureceu a política monetária, elevando a taxa SELIC para 9,25% ao ano, patamar equivalente ao ano de 2017.

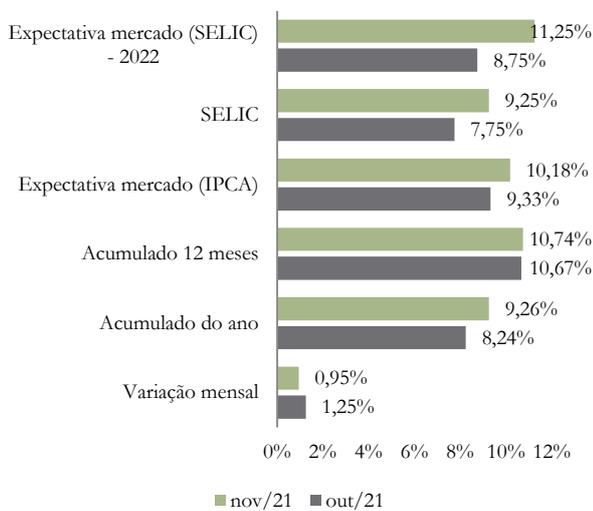
de 3,75%, com margem de tolerância de 1,5 pontos percentuais, para mais ou para menos.

A perspectiva para 2022 é de manutenção da elevação da taxa de juros, já que o Copom prevê nova alta em igual magnitude na próxima reunião, marcada para início de fevereiro de 2022. A trajetória de alta dos preços, aliada ao cenário de incerteza sobre o controle dos gastos públicos, eleva as expectativas de mercado para o aperto monetário no próximo ano. Segundo relatório Focus de 03/12/2021, a SELIC deve atingir 11,25% em 2022, portanto, a retirada dos estímulos monetários tende a frear a retomada econômica ao encarecer o crédito para o consumo e investimentos.

A inflação deve desacelerar de maneira gradativa em 2022, devido, principalmente, à redução da demanda, mas também motivado por outros fatores, como reequilíbrio das cadeias produtivas e retirada da bandeira de escassez hídrica. Dessa forma, o IPCA deve ficar em torno de 5,02% no acumulado de 12 meses em 2022, entretanto, o resultado não cumpre a meta definida para o ano e não significa que haja redução de preços de maneira geral, mas certa estabilidade ou redução no nível de alta.

Por outro lado, fatores podem pesar para a manutenção da alta dos preços, sobretudo, pela reabertura das atividades econômicas e a redução do isolamento social, que amplia a demanda por serviços, pressionando os preços. Além disso, a instabilidade política, desequilíbrio das contas públicas e ano eleitoral podem elevar o risco Brasil, desvalorizando ainda mais o real. No campo internacional, a alta dos juros dos países desenvolvidos e a trajetória de crescimento do petróleo são riscos para alta dos preços ser mantida.

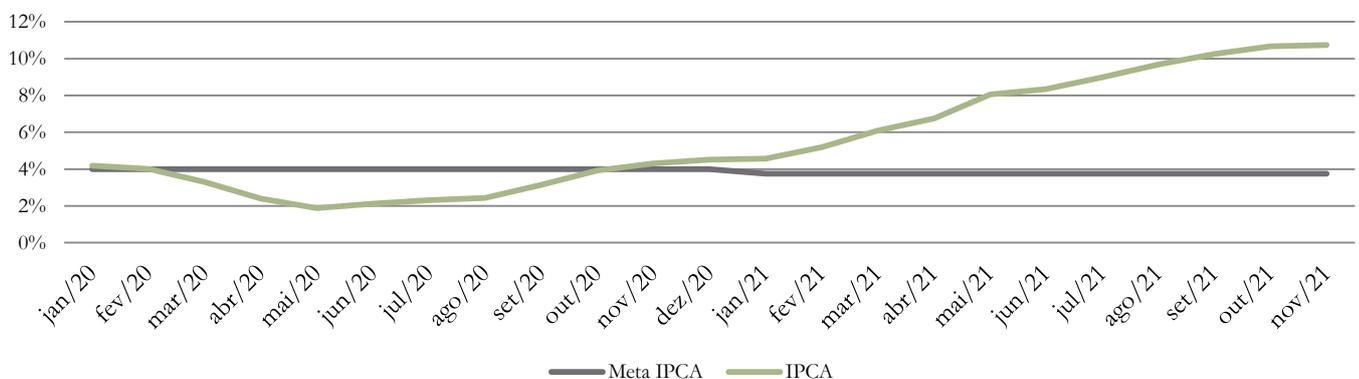
Resultados do IPCA



Fonte: IBGE e BACEN

No **acumulado de 12 meses a inflação acelerou e chegou a 10,74%**, maior patamar em 18 anos (11,02% - 2003) na comparação com igual período. **No ano, o IPCA acumula alta de 9,26%**. Ambos os resultados infringiram o limite máximo da meta de inflação definida para o ano de 2021, que foi

Variação acumulada em 12 meses

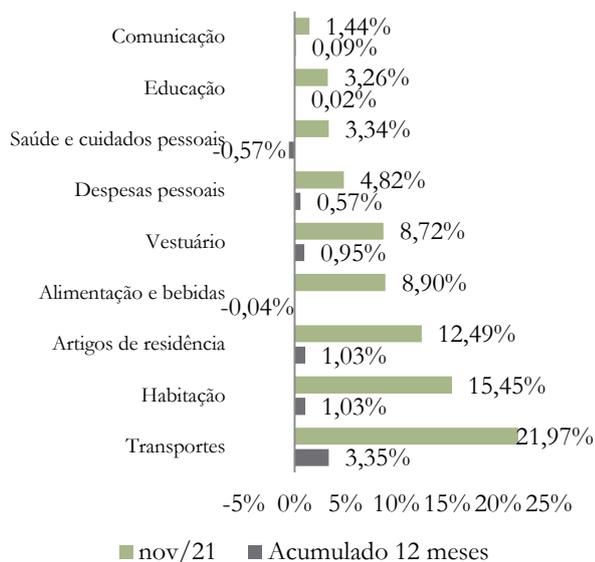


Pressão dos preços em diversos produtos

No mês, a intensidade dos choques dos preços reduziu em relação ao mês anterior, já que houve alta em sete dos nove dos grupos de produtos e serviços, oposto do mês anterior onde todos tinham subido. Assim, o índice de difusão dos preços, que mostra o percentual de itens com aumento de preços, passou de 66,84% para 63,13% em novembro.

O maior impacto na passagem do mês está relacionado aos grupos de Transporte de 3,35%, após alta de 2,62% em outubro. Na sequência, a alta foi da Habitação (1,03%), cujo movimento foi semelhante ao mês anterior (1,04%), seguido dos Artigos de Residência (1,03% e Despesas pessoais (0,57%). O grupamento de vestuário, que apresentou a terceira maior alta em outubro, desacelerou na passagem do mês, passando de 1,80% para 0,95%.

IPCA por agrupamento



Fonte: IBGE

No grupo de transporte, a pressão dos preços segue sendo motivado pela valorização do dólar frente ao real e da elevação do barril de petróleo, por isso, houve altas expressivas nos preços do etanol (10,53%), do óleo diesel (7,48%), gasolina (7,38%) e do gás veicular (4,30%) na passagem do mês. Assim, acumulam altas de 64,40%, 49,56%, 50,78% e 43,67%, respectivamente. Além disso, o transporte por aplicativo desacelerou a alta, ao avançar 6,77%, depois de crescer 19,85% no mês anterior. Esses itens também sofrem pressão, além da alta dos combustíveis, do lado da demanda, resultante da diminuição do isolamento social.

O grupo habitação novamente foi pressionado pela energia elétrica, que alcançou alta em 12 meses de 31,87%, e variação de 1,24%, maior que o mês de outubro (1,16%). Está em vigor a bandeira Escassez Hídrica, que acrescenta R\$ 14,20 na conta de luz a cada 100 kWh consumidos, situação que vai permanecer até abril do próximo ano. Ainda, no grupo de habitação pesa o acréscimo no gás de botijão (2,12%), que acumula alta de 38,88% em 12 meses e 36,18% no ano.

Do outro lado, houve queda para o grupo de Alimentação e Bebidas (-0,04%), interrompendo o movimento de alta mensal que permanecia desde o início da nova série histórica em janeiro de 2020. Ainda o grupo de Saúde e cuidados pessoais também reduziu em -0,57%, depois de crescer 0,39% em outubro e setembro.

Pesquisa realizada pela entidade, no mês de outubro, apurou que 88,4% dos consumidores catarinenses se sentiram impactados e estão realizando ações para contornar o aumento dos preços, sendo que 30,9% deles indicou que estão reduzindo as compras de alimentos fora de casa. Esse resultado pode ser notado na queda da alimentação fora do domicílio (-0,25%), cujo resultado foi motivado pelo subitem lanche (-3,37%). Já a alimentação no domicílio ficou praticamente estável (0,04%) em novembro, mas acumula alta de 9,6% para o acumulado de 12 meses, enquanto a alimentação fora do domicílio à elevação é de 6,95%.